ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

PANORAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL 2023

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 39 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I39.17478

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NO PPGEO-UERJ (MARACANÃ): 20 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Research, teaching and extension at PPGEO-UERJ (Maracanã): 20 years of contribution to geographic science

Investigación, Docencia y Extensión en el PPGEO-UERJ (Maracanã): 20 años de contribución a la ciencia geográfica

REGINA TUNES
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

ANTONIO CARLOS OSCAR JÚNIOR
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma diretriz da universidade pública brasileira, tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação, e garantida na Constituição. No entanto, apesar da institucionalidade desse pilar, é preciso reconhecer que tanto do ponto de vista histórico, como pelas ações atuais, grandes são os desafios de implementação. Esse texto apresenta uma discussão sobre essas questões no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Geografia (IGEOG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) que comemorou em 2023 duas décadas de existência, momento este que foi marcado por reflexões sobre a história do programa, a contribuição das ações de ensino, pesquisa e extensão para a produção do conhecimento geográfico no Brasil e os desafios dos novos tempos.

Palavras-chave: indissociabilidade; função social da universidade; pós-gradução em Geografia no Brasil; geografia fluminense.

Abstract: The inseparability between teaching, research and extension is a guideline of Brazilian public universities, both in undergraduate and graduate courses, and guaranteed in the Brazilian Constitution. However, despite the institutionalization of this pillar, it is necessary to recognize that there are significant challenges in its implementation, both from a historical perspective and through current actions. This text introduces a discussion on these issues, taking as background the Geography Graduate Program (PPGEO) of the Institute of Geography (IGEOG) at Rio de Janeiro State University (UERJ), which is celebrating two decades of existence in 2023. This moment is marked by reflections on the program's history, the contribution of teaching, research, and extension activities to the production of geographical knowledge in Brazil and the challenges of the new times.

Keywords: inseparability; social function of the university; postgraduate studies in Geography in Brazil; geography of Rio de Janeiro state.

Resume: La inseparabilidad entre enseñanza, investigación y extensión es una directriz de la universidad pública brasileña, tanto en el grado como en el posgrado, y garantizada en la Constitución brasileña. Sin embargo, a pesar de la institucionalidad de este pilar es necesario reconocer que tanto desde el punto de vista histórico, como para las acciones actuales, grandes son los desafíos de implementación. Este texto presenta una discusión sobre estas cuestiones en el contexto del Programa de Posgrado en Geografía (PPGEO) del Instituto de Geografía (IGEOG) de la Universidad Estatal de Rio de Janeiro (UERJ) que celebró en 2023 dos décadas de existencia, momento que estuvo marcado por reflexiones sobre la historia del programa, la contribución de las acciones de enseñanza, investigación y extensión para la producción de conocimiento geográfico en Brasil y los desafíos de los nuevos tiempos.

Palabras clave: inseparabilidad; función social de la universidad; posgrado en Geografía en Brasil; geografía fluminense.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Geografia (IGEOG), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), *campus* Maracanã, completou em 2023 vinte anos de existência a partir da primeira turma de mestrado que

ingressou em março de 2003. Nessas duas décadas, o programa cresceu, abriu o curso de doutorado em 2012, e se consolidou na comunidade geográfica brasileira como um programa de pós-graduação de excelência, comprometido com a formação de mestres e doutores em Geografia e com a luta por uma universidade plural, democrática, inclusiva e socialmente referenciada no Brasil.

O PPGEO-UERJ já formou mais de 400 mestres em Geografia e pouco mais de 200 doutores nesses 20 anos de existência. Hoje o programa possui 117 discentes de doutorado e 73 de mestrado matriculados no programa em duas linhas de pesquisa. A linha de pesquisa 1 é denominada de Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial, possui atualmente seis docentes vinculados e tem como objetivo o debate voltado para a compreensão das distintas dimensões das reestruturações e as iniciativas de interesse sobre o território, enfocando a multiplicidade de processos pertinentes ao campo da globalização. A linha de pesquisa 2 é intitulada de Cultura e Natureza, conta com 16 docentes vinculados e tem como abrangência as relações entre sociedade, cultura e natureza, contemplando a dimensão espacial da cultura material e imaterial, a história, as paisagens culturais e simbólicas, mudanças ambientais, patrimônio geológico e geoconservação e análise ambiental.

O marco dos 20 anos do programa é o ponto central do debate apresentado neste texto. Para celebrar a data, assim como refletir sobre os rumos, objetivos e desafios do programa nos novos tempos, foi organizado em março de 2023 o Seminário PPGEO 20 anos[1] em que discutimos por uma semana com a comunidade interna, composta por docentes, discentes e técnicos do programa, e com a comunidade externa, pesquisadores de outras instituições, estudantes de graduação da UERJ e de pós-graduação de outros programas.

Os resultados, encaminhamentos e desafios delineados pelas discussões do evento compõem o objeto central do debate desse texto a partir da análise, em especial, da pesquisa, ensino e extensão realizados no programa e reconhecidos nacionalmente como uma contribuição relevante à Geografia brasileira. Escolhemos apresentar esse debate nesta edição especial da *Revista da ANPEGE* por identificar na trajetória do PPGEO-UERJ a consolidação da tríade universitária em que as atividades de ensino, pesquisa e extensão estiveram, na maior parte do tempo, imbricadas.

Para a realização dessa proposição, o texto está organizado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Iniciamos o texto com uma discussão sobre a constituição da tríade universitária, recorrendo à história da universidade brasileira, em paralelo à história das universidades latino-americanas e à própria formação social brasileira, para entender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão presente na Constituição de 1988 e que segue sendo um grande desafio para as universidades brasileiras, ainda mais nos cursos de pós-graduação. Em seguida, olhando para como esses desafios foram enfrentados no âmbito do PPGEO-UERJ, destacamos as atividades

1 O Seminário PPGEO 20 anos foi realizado no Auditório Gilmar Mascarenhas, na sede do PPGEO-UERJ Maracanã, entre os dias 27 e 31 de março.

mais relevantes que envolvem o imbricamento pesquisa, ensino e extensão realizados pelo corpo docente e discente do programa. Ao final, nas considerações finais, apontamos para o devir dessa relação buscando estabelecer alguns delineamentos importantes.

TRÍADE DA UNIVERSIDADE – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO ELEMENTOS CONSTITUINTES DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Uma universidade plural, democrática, inclusiva e socialmente referenciada, já citada na introdução deste texto, são valores fundamentais reconhecidos pelas comunidades universitárias brasileiras. A pluralidade de sentidos, de cursos, de corpos e sujeitos, de concepções teóricas e metodológicas, assim como o respeito ao divergente, sejam pessoas ou ideias, o apreço ao ambiente democrático de disputa e de lutas pela melhoria das condições de ensino, pesquisa e extensão universitária, assim como as lutas sociais, são parte desses valores fundamentais.

Ainda que amplamente identificados na universidade e valorizados pela comunidade acadêmica, é preciso destacar que a pluralidade, o ambiente democrático e inclusivo e o reconhecimento social não estão dados socialmente, ou seja, não podemos considerá-los consagrados e facilmente perceptíveis na relação entre a sociedade e as universidades no Brasil. Tivemos evidências muito claras disso nos anos entre 2018 e 2022 em que as universidades e o conhecimento científico foram não apenas negligenciados, como também colocados em xeque por parte da sociedade. Portanto, são valores em disputa e sempre instáveis resultados das lutas política e universitária no Brasil.

Essa luta sabemos que se inicia muito antes da criação da primeira universidade brasileira. Já no Brasil monárquico e imperial, como apresenta Maria de Loures Fávero (2006), aparece a discussão sobre a relevância social da universidade em um ambiente fortemente de repreensão portuguesa[2], em um primeiro momento, e, em seguida, de desinteresse das elites nacionais que preferiam enviar seus descendentes para frequentar os ambientes universitários europeus.

Ainda assim, algumas escolas de formação profissional foram criadas, para atender demandas e necessidades de profissionais sob total domínio das políticas de Estado. Nesse sentido, em 1808 são criados o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro, que, segundo José Villanova (1948), foram os embriões dos cursos de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já em 1810 é criada a Academia Real Militar no Rio de Janeiro, que anos depois se transformará na Escola de Engenharia da UFRJ. Em São Paulo, em 1827, é criado o curso de Ciências Jurídicas do Largo São Francisco, incorporado no século XX pela Universidade de São Paulo (USP). Luiz Antônio Cunha (1980, p. 62), analisando esse contexto da criação das primeiras escolas

2 É preciso destacar que Portugal proibiu a criação de universidades no Brasil colônia. Nesse período, apenas alguns poucos colégios jesuítas foram criados.

de formação profissional universitária, afirma que “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional”.

Do ponto de vista do reconhecimento da universidade como instituição, apenas após o início da República as discussões sobre a relevância social da universidade ganham mais corpo. Tanto é assim que em 1915 é estabelecido um Decreto a respeito da implementação da universidade que culmina em 1920 com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), mais à frente, em 1937, incorporada à Universidade do Brasil. A partir daí avolumam-se os debates, no País, sobre o papel social das universidades que, segundo Fávero (2006), podem ser sintetizadas em dois grandes grupos de ideias: os que defendiam a universidade como um espaço voltado especificamente para a formação universitária, portanto com foco nas atividades de ensino, e outro grupo que dava ênfase na pesquisa científica, ainda que com o reconhecimento da importância da formação profissional. Em outras palavras, o debate nesse período estava restrito às questões que envolvem o ensino e a pesquisa nas universidades.

A extensão universitária, um dos pilares das universidades brasileiras desde a definição do artigo 207 na Constituição de 1988, aparece nas discussões da função social da universidade tardiamente em relação ao ensino e pesquisa. Apesar de já estar presente nos debates universitários nos EUA e na Inglaterra, essa discussão chega à América Latina apenas em 1918, no que ficou conhecido como o Movimento de Córdoba.

O Movimento de Córdoba foi um manifesto estudantil que teve grande repercussão na Argentina e na América Latina como um todo. Segundo João Alves de Freitas Neto (2011), “a chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior”. Não vamos nos debruçar sobre o histórico manifesto, mas é importante assinalar que esse movimento transformou a universidade por dentro, ou seja, questionou a estrutura universitária, em especial o regime docente de cátedras, cobrou maior abertura e diálogo com os estudantes e com a realidade social e colaborou para o reconhecimento da importância da abertura da universidade para a sociedade[3]. Em outras palavras, para a atenção necessária às atividades extensionistas na universidade.

No Brasil, o movimento estudantil, em especial a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1961 passa a pautar a extensão universitária nas lutas políticas na universidade. A perspectiva da UNE, semelhante ao apregoado pelo movimento de Córdoba, era que a extensão universitária deveria fortalecer a função social da universidade ao projetar à sociedade a cultura universitária e a preocupação com os problemas nacionais.

Na década de 1960, com o Golpe Militar de 1964, as ações extensionistas da universidade são cooptadas pelos interesses do Estado. São criados projetos de cunho

3 Apesar da grande influência das ideias do Manifesto de Córdoba em parte significativa da América Latina, no Brasil apenas em 1968 algumas mudanças implantadas em Córdoba foram incorporadas às universidades brasileiras. Ainda que com resultados contraditórios, pode-se dizer que a Reforma de 1968 modernizou as universidades. Dentre as ações mais importantes está o fim das cátedras universitárias e a institucionalização de um programa de pós-graduação nacional.

desenvolvimentista, como por exemplo o Projeto Rondon, que fazia parte das políticas públicas prioritárias da Ditadura. Muitos grupos nas universidades se engajaram no Projeto Rondon, o PPGEO-UERJ participou de atividades do projeto nos Estados do Mato Grosso e Maranhão na década de 1990.

Foi apenas em 1985 que o Ministério da Educação (MEC) reconheceu oficialmente a extensão universitária como uma obrigação das universidades por meio da extensão às comunidades externas das atividades de ensino e pesquisa. Isso significa, conforme enfatiza Nadia Gonçalves (2016, p. 1230), que a extensão universitária no Brasil "surge posteriormente à consolidação e legitimação histórica das outras duas, Ensino e Pesquisa. Esse processo imprime marcas que constituem permanências e também a coexistência de distintas concepções de Ensino, de Pesquisa e, em especial, de Extensão, das quais derivam estruturas, normas e práticas, institucionais e individuais".

Está registrada na Constituição, artigo 207, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo oficialmente a partir de então o que denominamos hoje como os pilares da universidade. É preciso entender o sentido de indissociabilidade para não cair em entendimentos esvaziados sobre esses três pilares.

Primeiro, a ideia de indissociabilidade implica o entendimento de que não há hierarquias entre os três elementos, o que significa, em tese, que pesquisa, ensino e extensão devem ter o mesmo reconhecimento e importância na universidade. Segundo, o próprio conceito de indissociabilidade indica "algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia" (Tauchen, 2009, p. 93). Esse segundo aspecto é particularmente importante para esclarecer que ensino, pesquisa e extensão não devem ser atividades isoladas na universidade, com projetos para a execução de cada um. Muito diferente disso, a inseparabilidade sugere um *continuum* de atividades e de projetos que se integram no papel social da universidade.

Esse aspecto é evidenciado na concepção de extensão presente no documento elaborado em 1987 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (Forproex), depois incorporado também pelo Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999. Nesse documento, reconhece-se que a extensão universitária é

> o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Como um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica (Forproex, 1987 apud Gonçalves, 2016, p. 1237-1238).

É sabido que, apesar da institucionalização da legislação que versa sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tanto na graduação como na pós-graduação e mesmo dos esforços de diferentes comunidades universitárias, na maior parte dos casos a valorização da pesquisa é maior do que a do ensino e extensão. Isso pode ser evidenciado no caso da pós-graduação, por exemplo, pelo sistema de avaliação dos cursos realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) quadrienalmente. São as atividades de pesquisa as que qualificam as ações do corpo docente, resultando em uma avaliação meritocrática e centrada em apenas um dos pilares da universidade.

Ainda assim, as ações de extensão universitária são presentes e importantes nos programas de pós-graduação em Geografia. No caso do PPGEO-UERJ, a história e as ações dos docentes vinculados ao programa sugerem grande relevância para as ações extensionistas ligadas ao ensino e à pesquisa.

VINTE ANOS DE CONTRIBUIÇÃO DO PPGEO-UERJ: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Quando o Programa de Pós-graduação em Geografia foi estabelecido no *campus* Maracanã, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro já possuía uma história de 50 anos. Sua fundação ocorreu em 1950, inicialmente com o nome de Universidade do Estado da Guanabara, fazendo referência ao Estado brasileiro que abrangia a atual cidade do Rio de Janeiro, onde a capital federal estava localizada. Em sua fase inicial, a universidade estava dedicada principalmente ao ensino de graduação.

Nessa fase, parte expressiva do seu quadro docente era composta por professores sem vínculo de dedicação exclusiva, para muitos dos quais esta universidade era uma segunda fonte de renda, o que não permitia o desenvolvimento de um vínculo mais contínuo e denso, criando o estigma de "escolão" para a instituição. A título de exemplo, proeminentes nomes do quadro de servidores ativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como Speridião Faissol, atuaram no curso de graduação em Geografia (Faissol, 1997).

A partir do final da década de 1990, a Universidade passou por mudanças significativas. Internamente, houve a pressão de um corpo docente mais qualificado para a dedicação plena à instituição. Em resposta, foi implementado o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (ProCiência), que conta até hoje com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Esse programa surgiu como uma alternativa ao regime de Dedicação Exclusiva, que não existia na carreira docente da Universidade e serviu de importante fomento e estímulo para o desenvolvimento dessa instituição.

A Dedicação Exclusiva enquanto um regime do plano de carreira dos docentes da UERJ só foi implementada em 2008 (Lei Estadual 5.343, de 8 de dezembro de 2008, regulamentada pela Lei 6.328, de 2 de outubro de 2012), enquanto para as demais

universidades púbicas brasileiras este regime já vigorava desde 1970, certamente um elemento decisivo para a consolidação de um perfil universitário nos moldes do instituído pela Constituição Federal de 1988.

Outro marco de grande valor institucional nessa trajetória foi a criação do Programa de Educação Tutorial (PET) em Geografia, em 1991, pelo professor Hindenburgo Francisco Pires, um dos programas mais antigos do Brasil em atividade. Ao longo desses 30 anos, especialmente em sua fase inicial, o programa foi um importante embrião para o Ensino, Pesquisa e Extensão na unidade acadêmica, pavimentando o caminho de discentes e docentes rumo à consolidação de suas carreiras. Exemplo disso é a inserção de muitos dos egressos do PET Geografia da UERJ nos quadros permanentes de instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro (entre outras instituições do Brasil).

Resgatar tal histórico é relevante, visto que o surgimento do PPGEO-UERJ em 2003 decorre desse acúmulo de experiências que engendraram mudanças institucionais ocorridas a partir do programa ProCiência, da implementação do regime de Dedicação Exclusiva e do amadurecimento da unidade acadêmica, em muito atribuído à história do PET. Tais marcos criaram as condições adequadas para aquele grupo pioneiro de professores avançar na pesquisa, ensino e extensão e vislumbrar o passo adiante: a pós-graduação.

Em homenagem e agradecimento, citamos nominalmente os pioneiros do Programa de Pós-graduação em Geografia da UERJ: Eli Alves Penha (Doutor em 1998 pela UFRJ), Gilmar Mascarenhas de Jesus (Doutor em 2001 pela USP), Glaucio José Marafon (Doutor em 1998 pela UFRJ), Helion Póvoa Neto (Doutor em 1998 pela USP), Hindenburgo Francisco Pires (Doutor em 1996 pela USP), Inês Aguiar de Freitas (Doutora em 1996 pela Universidade de Sorbonne/França), João Baptista Ferreira de Mello (Doutor em 2000 pela UFRJ), Jorge Soares Marques (Doutor em 1990 pela Unesp), Miguel Ângelo Campos Ribeiro (Doutor em 1998 pela UFRJ), Nadja Maria Castilho da Costa (Doutora em 2002 pela UFRJ), Neusa Maria Costa Mafra (Doutora em 1997 pela Universidade de Valência/Espanha), Susana Mara Miranda Pacheco (Doutora em 1994 pela Universidade de Barcelona/Espanha) e Zeny Rosendahl (Doutora em 1994 pela USP).

Ao longo desses 20 anos, apesar de óbvio, é importante ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro se consolidou como um importante laboratório de pesquisa, ensino e extensão para as duas linhas do programa. Isso se materializa através de duas importantes iniciativas associadas ao PPGEO-UERJ: a coleção de livros, com seis volumes, do *Revisitando o território fluminense*, coordenado pelos professores Glaucio José Marafon e Miguel Ângelo Ribeiro, onde a Geografia do Estado do Rio de Janeiro é esmiuçada, permitindo a compreensão de processos e revelando novas questões espaciais ao mesmo tempo que coloca em discussão importantes conceitos e categorias de análise da Geografia (Marafon; Ribeiro, 2017, 2015, 2012, 2010, 2008, 2003); outra importante obra é o livro *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: estudos sobre cultura, globalização e natureza*, organizado pelos professores Alexander Costa e Regina Tunes, que apresenta a contribuição mais recente do programa para o estado da arte da pesquisa em Geografia no estado (Costa; Tunes, 2022).

Para além dos temas tradicionalmente abordados pela Geografia nacional, é de grande mérito ressaltar a contribuição das pesquisas desse programa para temas que emergem como novas fronteiras à nossa ciência. Dentre elas citamos a grande contribuição do professor Miguel Ângelo Ribeiro em estudos que introduziram uma leitura geográfica do espaço urbano carioca a partir da prostituição feminina (Ribeiro; Mattos, 1995) e da comunidade LGBTQIA+ (Ribeiro; Oliveira; Maia, 2011), iniciativa que começa na sua trajetória profissional no IBGE e que posteriormente é desenvolvida no âmbito do PPGEO-UERJ, sobretudo na orientação de dissertações e teses.

A cultura, em especial a carioca, a partir do humanismo do professor João Baptista Ferreira de Mello, também rendeu significativa contribuição ao defender uma geografia dos lugares sob a perspectiva dos indivíduos, grupos sociais e, sobretudo, das manifestações culturais populares. Tal contribuição se materializou no projeto Roteiros Geográficos do Rio que, de forma inovadora, articulou ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento de um instrumento de educação patrimonial que teve como mote revelar a gênese, expansão, simbologias e metamorfoses da urbe carioca, transformando a cidade do Rio de Janeiro em um livro aberto a ser explicado (RIBEIRO, 2021). O projeto explorava os conceitos geográficos a partir das simbologias exibidas pelos logradouros, prédio, templos, museus, entre outros elementos, servindo de verdadeira celebração da geografia da cidade do Rio de Janeiro.

A Geografia da Religião é, inegavelmente, uma contribuição notável do PPGEO-UERJ para a Geografia brasileira, impulsionada principalmente pelas contribuições da professora Zeny Rosendahl. Seu trabalho trouxe novas perspectivas teóricas e conceituais, promovendo uma renovação na Geografia Cultural. Uma das principais contribuições de Rosendahl foi a introdução de uma abordagem mais ampla e integrada das questões culturais, reconhecendo a diversidade de práticas, representações e significados presentes nos lugares estudados (Rosendahl; Soares; Oliveira, 2022). Além disso, ela enfatizou a necessidade de compreender a cultura como um processo dinâmico e complexo, influenciado por fatores sociais, políticos e econômicos. Sua abordagem também valorizou o diálogo interdisciplinar, buscando conexões com outros campos do conhecimento, em especial a Antropologia (ROSENDAHL, 2018).

Ainda no mesmo campo, a professora Aureanice de Mello Corrêa dedicou-se aos estudos das dinâmicas culturais e espaciais relacionadas às comunidades afrodescendentes, examinando os processos de construção de identidade, resistência e transformação desses grupos, explorando os vínculos entre território, ambiente, cultura e religião e desvelando como as práticas religiosas afro-brasileiras se manifestam em diferentes contextos geográficos. Seu trabalho contribui para maior compreensão das formas pelas quais a cultura e a religião afro-brasileira são vivenciadas e praticadas, tanto em comunidades locais quanto em contextos transnacionais (Corrêa, 2020). Trata-se de uma importante contribuição para os estudos da Geografia das relações étnico-raciais, aprofundando a compreensão das dinâmicas culturais e espaciais relacionadas às comunidades afrodescendentes no Brasil.

Essas contribuições do PPGEO-UERJ, mediadas pelas professoras Zeny Rosendahl e Aureanice de Mello Corrêa, têm proporcionado avanços significativos no entendimento das relações entre espaço, cultura, religião e etnia no contexto brasileiro. Tal abordagem mais abrangente e crítica é de suma importância para enfrentar desafios como a intolerância religiosa e o reconhecimento das contribuições culturais das comunidades afrodescendentes na construção da identidade brasileira, por exemplo.

Desde 2011, a UERJ abriga o Programa de Extensão em Estudos Avançados em Geografia, Religião e Cultura (Peagerc), cuja fundação é atribuída à professora Zeny Rosendahl. Essa iniciativa continua em curso e desempenha um papel crucial na compreensão das relações entre política, religião e cultura, analisando-as sob uma perspectiva espacial e considerando sua interação com ações que visam à disseminação do conhecimento na sociedade contemporânea.

O Peagerc tem uma contribuição significativa para o enfrentamento da intolerância religiosa, já que promove uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e espaciais relacionadas à diversidade religiosa, suscitando a promoção do diálogo, do respeito mútuo e da coexistência pacífica entre diferentes crenças e expressões religiosas. Além disso, o Peagerc também desempenha um papel importante na valorização cultural ao favorecer o reconhecimento da religião como um elemento fundamental da cultura.

No campo da Geografia Ambiental, duas professoras são representativas para o planejamento ambiental do território. A professora Sônia Vidal da Gama contribuiu de maneira notável, combinando pesquisa, ensino e extensão para desenvolver uma abordagem metodológica para a gestão ambiental integrada de unidades de conservação (Gama, 2023). Ao longo de sua trajetória no PPGEO-UERJ, especialmente por meio de suas orientações de mestrado e doutorado, essa abordagem foi aplicada e aperfeiçoada, com destaque para as unidades de conservação no município do Rio de Janeiro e na Ilha Grande. Através desses estudos detalhados e aprofundados, ela demonstrou a importância e os desafios enfrentados na preservação de unidades de conservação em áreas urbanas.

Outra contribuição notável vem da professora Nadja Maria Castilho da Costa, que, por meio de suas atividades no PPGEO, introduziu os conceitos de geodiversidade e geoconservação como parâmetros para o planejamento e gestão de unidades de conservação. Ela valorizou a integração entre os aspectos científicos e as perspectivas dos visitantes e turistas, buscando uma nova abordagem de planejamento para esses territórios (Costa, Boiça, 2022). Ambas as professoras também desempenharam e desempenham papéis relevantes em comissões técnicas, equipes de elaboração de planos de manejo e na proposição e adaptação de trilhas, entre outras atividades relacionadas às unidades de conservação do Rio de Janeiro e do Brasil.

Essas duas professoras, por meio de suas contribuições pioneiras e abrangentes, deixam um legado significativo no campo da Geografia Ambiental e no planejamento ambiental do território. Seus trabalhos destacam a importância da preservação das unidades de conservação, especialmente em áreas urbanas, e demonstram o quão urgente e necessária é a integração de diferentes perspectivas e abordagens no processo de

planejamento e gestão ambiental. Além disso, elas enfatizam a relevância da educação ambiental como uma ferramenta essencial para promover a conscientização e a valorização da bio, sócio e geodiversidade.

As contribuições supracitadas refletem bem a identidade do PPGEO-UERJ e sua trajetória, que trata de forma indissociável pesquisa, ensino e extensão, bem como uma inseparabilidade entre a pós-graduação e a graduação. Entretanto, mais recentemente outras iniciativas têm contribuído para a solução de problemas sociais e ambientais, gerando benefícios diretos para a população.

Um exemplo notável é o projeto de alfabetização do risco de Dengue, que utiliza uma abordagem geográfica para compreender e prevenir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Por meio da leitura geográfica da doença e do sistema de alerta climático, o projeto tem a missão de alertar a população e orientar a atuação do poder público no combate à Dengue, reduzindo impactos de surtos e epidemias no Estado. Essa iniciativa exemplifica os novos rumos do linha 2 do programa, com uma crescente contribuição para a Geografia dos riscos e Geografia da Saúde.

Outro destaque é dado para o campo de recuperação de áreas degradadas que estabelece interação direta com a sociedade, buscando soluções em conjunto com entes públicos como a ANA, a Agevap, a Embrapa e Comitês de Bacias Hidrográficas e envolvimento das comunidades locais, promovendo uma abordagem participativa na busca por soluções para a recuperação ambiental.

No que diz respeito às áreas legalmente protegidas, o PPGEO-UERJ consolida sua atuação em defesa das unidades de conservação, especialmente a partir de cursos e eventos, organizados pelo Grupo de Estudos Ambientais (GEA), com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância dessas áreas. Um exemplo é o curso de Extensão “Geodiversidade e Turismo: desenvolvimento e práticas na Costa Verde (RJ)”, em parceria com o INEA-RJ e a Associação Água Marinha, que conta com a participação de docentes colaboradores de instituições renomadas.

O PPGEO-Uerj também utiliza a relação Geografia e Cinema para fomentar a produção de filmes com temáticas relevantes para a comunidade universitária e escolar. Esses filmes são amplamente utilizados em sala de aula, promovendo a circulação do conhecimento produzido na universidade para outros espaços de ensino e aprendizagem. Por meio do projeto GeoBrasil também há a disseminação do conhecimento sobre a ciência geográfica brasileira. O *site* do projeto, um dos braços de divulgação científica, é referência em diversos *sites* vinculados ao ensino e à pesquisa em Geografia, aumentando o alcance e a visibilidade das informações produzidas. Além disso, também há as iniciativas orientadas para a elaboração de materiais didáticos digitais, mapeamento das redes de inovação no Rio de Janeiro e análise do processo de metropolização do espaço com o potencial de contribuir para a elaboração de planos de aula, o estabelecimento de políticas públicas e a governança metropolitana, respectivamente.

Iniciativas mais recentes ampliam a inserção das questões étnico-raciais, feministas e da sexualidade como categorias para produção e interpretação do espaço geográfico,

fomentando o surgimento de novas epistemologias da geografia e qualificando estes sujeitos como agentes produtores desse conhecimento: iniciativa do Prepara Nem, voltada a criar condições de acesso à Universidade pela população LGBTQIA+.

Finalmente, no campo da agricultura, o programa abriga projetos de educação em solos e disseminação do conhecimento sobre solos para os agricultores, especialmente do Norte e Noroeste Fluminense, promovendo a adoção de práticas sustentáveis e contribuindo para a melhoria da produção agrícola e diminuição dos impactos ambientais.

Esses (e outros) exemplos ilustram os caminhos recentes de como o PPGEO-UERJ, por meio da indissociabilidade de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, gera impactos positivos na sociedade e na formação em diferentes níveis. A interação com a sociedade, a busca por soluções para problemas sociais e ambientais e a disseminação do conhecimento científico são pilares fundamentais do programa, os quais são repassados para nossos discentes, como uma forma de reforçar e garantir a atuação em tríade da universidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa contribuição do Programa de Pós-graduação em Geografia da Uerj Maracanã, apesar de assinada pelos coordenadores do biênio 2021-2023, reflete o trabalho desenvolvido coletivamente pelo corpo docente, discente e técnico do programa em suas distintas temporalidades. Nosso objetivo com esse texto foi comemorativo, ou seja, apresentar os 20 anos de história do programa, expondo à comunidade aquelas contribuições que marcam nossa identidade, mas que ao mesmo tempo se articulam às novas, abrindo outros horizontes e possibilidades.

No entanto, aproveitamos esse tom comemorativo e o resgate de nossa história para debater aquilo que a nós é caro: a indissociabilidade de pesquisa, ensino e extensão. Conforme abordado, trata-se de uma proposta de universidade, fruto de uma demanda social em toda a América Latina, materializada na Constituição brasileira de 1988. Apesar disso, ainda parece tangenciar a política e o sistema nacional de pós-graduação.

Essa oportunidade pareceu adequada para externar algumas dúvidas: onde está a indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão para a Capes? Qual o papel da extensão na pós-graduação brasileira? Como valorizar as trajetórias extensionistas desenvolvidas por diversos colegas e programas e que se perdem nas análises quantitativas da quadrienal?

A partir do tensionamento gerado pelas questões, cujo intuito é provocativo, parece oportuna uma provocação também à Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia: viabilizar a implementação de um fórum com objetivo de pensar e valorizar as atividades extensionistas no nível de pós-graduação, bem como defender em instâncias superiores a indissociabilidade, no sentido apresentado por Tauchen (2009), da tríade, fortalecendo a função social da ciência e da Geografia.

Trata-se de uma necessidade imperativa em face dos impactos provocados em nossa sociedade por uma gestão baseada na anticiência e no discurso contra as Universidades e a Pós-graduação brasileira que, apesar de derrotada nas urnas, ainda arregimenta um grande contingente populacional. Pela nossa experiência, esse movimento só pode ser combatido a partir do impacto positivo da pesquisa e do ensino, na vida de todas as pessoas, promovendo educação, cidadania e autonomia: a extensão.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Aureanice. Agenciamentos territoriais: as semiografias/territorialidades da prática cultural/religiosa afro-brasileira. Geografia (Unesp), v. 44, n. 1, p. 9-29, 2020. DOI: 10.5016/geografia.v44i1.14957

COSTA, Alexander; TUNES, Regina. Geografia do Estado do Rio de Janeiro: estudos sobre cultura, globalização e natureza. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, v. 1. 512p.

COSTA, Nadja Maria Castilho; BOICA, Wilson. Desenvolvimento e interfaces do turismo de natureza em unidades de conservação: transformações no atual contexto de crise ambiental nacional. *In*: COSTA, Alexander Josef Sá Tobias da (org.). *Geografia do Estado do Rio de Janeiro*: estudos sobre cultura, globalização e natureza. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, v. 1, p. 423-437.

CUNHA, L. A. *A Universidade temporã*: o ensino superior da colônia à era vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAISSOL, Speridião. Cinquenta anos de Geografia. GEO UERJ, n. 1, p. 1-16, 1997. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/21755/15762.

FÁVERO, M. DE L. DE A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, n. 28, p. 17-36, jul. 2006.

FREITAS NETO, José Alves. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. *Revista Ensino Superior UNICAMP*, 03/06/2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed03_junho2011/11.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

GAMA, Sônia Vidal. *Unidade de Conservação em ambiente urbano*: a floresta do Gericinó-Mendanha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. GEO UERJ, n. 13, p. 59-68, 2023.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2016. ISSN 2175-795X. Disponível em: https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229. Acesso em: 3 maio 2023.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos (org.). *Revisitando o território fluminense VI*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. v. 1, 372 p.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos (org.). *Revisitando o território fluminense V.* 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2015. v. 1, 364 p.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos (org.). *Revisitando o território fluminense IV*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2012. v. 1, 312 p.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos (org.). *Revisitando o território fluminense III*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. v. 3, 332 p.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos (org.). *Revisitando o Território Fluminense II*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2008. v. 1, 332 p.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. *Revisitando o território fluminense*. 1. ed. Rio de Janeiro: Negef, 2003. v. 1, 252 p.

RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva. O projeto roteiro geo-turístico em Porto Nacional – TO: um instrumento de educação patrimonial. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade

Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2021. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4137/1/Laíres%20José%20Gonçalves%20da%20Silva%20Ribeiro%20-%20Dissertação.pdf.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho. Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 15, p. 57-79, 1995.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; OLIVEIRA, R. S. ; MAIA, G. S. Dinâmica e espacialidade das saunas de boys na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 2, p. 057-065, 2011.

ROSENDAHL, Zeny; SOARES, F. S. ; OLIVEIRA, J. R. Professora Zeny Rosendahl – História da Geografia Cultural no Brasil – a Geografia da Religião e os 29 anos do Nepec/Uerj, v. 20, p. 422-453, 2022. DOI: 10.46551/rc24482692.

ROSENDAHL, Zeny. Uma procissão na Geografia. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. v. 1. 408p.

TAUCHEN, Gionara. *O princípio da indissociabilidade universitária*: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VILLANOVA, José (org.). *Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviços dos Países, 1948.

SOBRE AS AUTORAS

REGINA TUNES – Professora Adjunta do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia (IGEOG) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atualmente atua como Coordenadora do programa. Mestre e Doutora pelo Programa de Geografia Humana da FFLCH/USP, atuando especialmente na pesquisa voltada para a Geografia Econômica e Geografia Regional. Pesquisadora do grupo de pesquisa Metamorfoses Urbanas e Regionais do Laboratório de Estudos Regionais do DG/USP, Pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do INCT Observatório das Metrópoles e Vice-Líder da Rede Latino-Americana Espaço e Economia (Relaee). Pesquisadora ProCientista (FAPERJ/UERJ) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE – FAPERJ). Editora-Chefe do periódico GeoUERJ (Qualis A1). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Econômica (NEPGE) do Departamento de Geografia Humana do IGEOG/UERJ.

E-mail: regina.tunes@uerj.br

ANTONIO CARLOS OSCAR JÚNIOR – Doutor em Geografia pela UNICAMP (2018), Mestre e Bacharel em Geografia pela UFRJ (2014; 2012). Coordena o Laboratório de Estudos da Interação Sociedade-Atmosfera (LISA), cujo foco de pesquisas é: Variabilidade Climática Fluminense, Modelagem de Dados Geográficos aplicado ao Clima Urbano, Eventos extremos e Justiça Climática, Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas e Produção do espaço, Clima e Saúde. Atualmente é Procientista (FAPERJ/UERJ), Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), Professor Adjunto do Departamento de Geografia Física da UERJ e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UERJ), editor associado da revista GEO UERJ (A1), conselheiro da Associação Brasileira de Climatologia (ABClima). membro da Associação Internacional de Clima Urbano (IAUC) e Representante da América Latina junto à Comissão Internacional de História da Meteorologia (ICHM) da União Internacional em História e Filosofia da Ciência e Tecnologia (2018-2021; 2022-2025). Desenvolve suas pesquisas em parceria com a Universidade de Moncton (Canadá) através de acordo de cooperação internacional firmado com a UERJ e financiamento da FAPERJ e Universidade de Rennes II (França) através do programa TerrEE, financiado pela Embaixada Francesa no Brasil.

E-mail: antonio.junior@uerj.br